



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO



Projeto de Lei 254/2024 : **“ Autoriza a concessão de subvenção social à Associação das Folias de Reis de Indianópolis no exercício de 2025”**

Autor: prefeito Lindomar Amaro Borges

1. RELATÓRIO.

Chega a esta comissão de Legislação Justiça e Redação, o referido projeto de lei nº 254/2024 de autoria do Prefeito Lindomar Amaro Borges, que tem como finalidade **“autorizar a concessão de subvenção social à Associação das Folias de Reis de Indianópolis no exercício de 2025”**. O Projeto de Lei veio acompanhado da Mensagem 035/2024, com a devida justificativa.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.

A Constituição Federal, como lei máxima, discorre sobre requisitos formais e materiais ao processo legislativo, colocando limites para propositura de leis que forem contra a nossa norma suprema, pois estarão fadadas a sua inconstitucionalidade por meio do controle difuso ou concentrado de constitucionalidade, adotado no sistema brasileiro.

A Constituição Federal, em seu artigo 18, inaugurando o tema da organização do Estado, prevê que *“A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.”* O termo “autonomia política”, sob o ponto de vista jurídico, congrega um conjunto de capacidades conferidas aos entes federados para instituir a sua organização, legislação, administração e o governo próprios.



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

A autoadministração e a auto legislação, contemplando o conjunto de competências materiais e legislativas previstas na Constituição Federal para os Municípios, é tratada no artigo 30 da Lei Maior, nos seguintes termos:

Art. 30. Compete aos Municípios:

- I - legislar sobre assuntos de interesse local;**
- II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;**

A medida que se pretende instituir se insere, efetivamente, na definição de interesse local, uma vez que diz respeito ao estrito âmbito do Município de Indianópolis. A iniciativa se adequada, visto que a proposta visa conceder subvenção social à Associação de Folias de Reis de Indianópolis.

A Lei Orgânica do Município de Indianópolis em seu art. 77, inciso XVII, estabelece a iniciativa do chefe do executivo municipal iniciar o processo legislativo sobre a matéria em apreciação. Vejamos:

Art. 77 – Compete privativamente ao Prefeito, entre outras atribuições :

(...)

XXVII – conceder auxílio e subvenções, nos limites das respectivas verbas orçamentárias e planos de distribuição, prévio e anualmente aprovado pela Câmara Municipal.

Como se denota do referido artigo, a presente iniciativa está correta e em sintonia com a legislação vigente.



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO




4 - CONCLUSÃO

Diante do exposto esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação opina pela constitucionalidade e admissibilidade do referido Projeto, não colocando nenhum obstáculo em sua tramitação.

É o Parecer SMJ,

Sala das Comissões, 09 de Novembro de 2024.


JOSÉ HELVÉCIO FERNANDES DE REZENDE
Relator/Presidente CLJR


RAFAEL DE ALMEIDA JACÓ
Vice-Presidente


MARCOS TÚLIO DA SILVA
Membro